Boletim MacroFiscal
da SPE



Março de 2021

Secretaria de Política Econômica | Secretaria Especial de Fazenda | Ministério da Economia

Ministério da Economia - Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Política Econômica

Subsecretaria de Política Fiscal
Subsecretaria de Política Macroeconômica

Boletim MacroFiscal da SPE

Brasília
Março de 2021

Ficha Técnica

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda
Waldery Rodrigues Júnior

Secretário da Política Econômica
Adolfo Sachsida

Subsecretário de Política Macroeconômica
Fausto José Araujo Vieira

Subsecretário de Política Fiscal
Erik Alencar de Figueiredo

Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais
Rogério Boueri Miranda

Subsecretário de Política Microeconômica e Financiamento da Infraestrutura
Edson Bastos e Santos

Subsecretário de Direito Econômico
David Rebelo Athayde

Assessor Especial
Rodrigo Mendes Pereira

Equipe técnica responsável
Alexandre Rodrigues Loures
Bernardo Borba de Andrade
Carlos Henrique Coelho de Andrade
Démerson André Polli
Elder Linton Alves de Araújo
Emmanuel Sousa de Abreu
Fausto José Araujo Vieira
Gustavo Miglio de Melo
Hébrida Verardo Moreira Fam
Leonid Garnitskiy
Liane Ferreira Pinto
Luís de Medeiros Marques Hashimura
Sérgio Ricardo de Brito Gadelha
Sidney Martins Caetano
Silas Franco de Toledo
Vicente Ferreira Lopes Filho

Projeto gráfico e diagramação
André Oliveira Nóbrega

Índice

01 - Panorama Geral	4
02 - Conjuntura	6
03 - Projeção de curto prazo	7
04 - Projeção de médio prazo	8
05 - Projeção de inflação	9
06 - Boxe: *Projeções para o PIB em 2020*	10
07 - Boxe: *Agenda de Reformas*	12
09 - Boxe: *Os Custos Socioeconômicos do Fechamento das Escolas*	14
09 - Boxe: *Choques negativos sobre a educação e seus rebatimentos sobre o bem-estar social*	16
10 - Boxe: *Projeções de arrecadação do ICMS em face da pandemia da COVID-19*	18

Panorama Macroeconômico

O Panorama Macroeconômico é um conjunto amplo de indicadores de conjuntura e de projeções da Grade de Parâmetros para o processo orçamentário, produzido pela SPE. Apresenta dados selecionados de atividade econômica: PIB, produção setorial, emprego e renda, preços e inflação, crédito e mercado financeiro, política fiscal, setor externo e economia internacional.

Boletim disponível pelo QR-Code ou na página da SPE http://www.fazenda.gov.br/orgaos/spe

Prisma Fiscal - SPE

O Prisma Fiscal/SPE é um sistema de coleta de expectativas de mercado para acompanhamento das principais variáveis fiscais brasileiras. Apresenta projeções de analistas do setor privado, em bases mensais e anuais, para as seguintes variáveis: arrecadação federal, receita líquida, despesa primária, resultado primário do governo central e Dívida Bruta do Governo Geral.

Endereço da página do Prisma Fiscal/SPE www.fazenda.gov.br/prisma-fiscal

Resumo

- *O PIB, em 2020, apresentou recuo de 4,1%. Apesar da queda, as ações do governo em conjunto com o Congresso Nacional no combate à pandemia reverteram parcialmente as expectativas negativas para 2020, alcançando, assim, um resultado bem melhor do que o projetado por alguns organismos internacionais e o mercado após choque da pandemia.*

- *A projeção de crescimento do PIB para 2021 se mantém em 3,2% como na última Grade de Parâmetros. As incertezas são elevadas com os desafios de enfrentamento à pandemia, mas deve-se considerar os indicadores no primeiro bimestre que apontam continuidade da recuperação da atividade econômica.*

- *Indicadores de confiança refletem melhoras das expectativas de empresários e consumidores, com o indicador do comércio em alta de 0,2% em fevereiro/2021, ante o mês anterior, com ajuste sazonal, e a confiança do consumidor aumentando em 2,9%.*

- *Para 2022-2024, a projeção de aumento da atividade se manteve em 2,5% ao ano.*

- *A expectativa para a taxa de inflação (IPCA) para 2021 é de 4,4%. O principal responsável pela elevação da projeção foi o preço dos alimentos. Todavia, as expectativas a partir de 2022 apontam convergência da inflação para o centro da meta.*

- *As medidas tomadas pelo Governo Federal em conjunto com o Congresso Nacional continuam relevantes para mitigar os efeitos negativos sobre a economia brasileira. No entanto, é importante destacar que a retomada do crescimento sustentável da economia ocorrerá com a elevação da produtividade através das reformas estruturais e do processo de consolidação fiscal.*

Projeções	2021	2022
PIB real (%)	3,20	2,50
PIB nominal (R$ bilhões)	8.207,9	8.886,4
IPCA acumulado (%)	4,42	3,50
INPC acumulado (%)	4,27	3,50
IGP-DI acumulado (%)	5,06	3,57

Panorama geral

A pandemia da COVID-19 tem assolado o mundo, ceifando milhares de vidas e impactando a saúde de muitas famílias. Os efeitos sanitários e econômicos são devastadores, gerando uma das maiores recessões nos últimos 100 anos. Conforme é notório, o Brasil não passou imune à recessão global. A divulgação do PIB de 2020 pelo IBGE indicou uma queda de 4,1%. Apesar da forte retração da atividade, o resultado superou as expectativas de mercado e de organismos internacionais, que alguns destes, em meados do ano passado, projetavam retração do PIB superior a 9%.

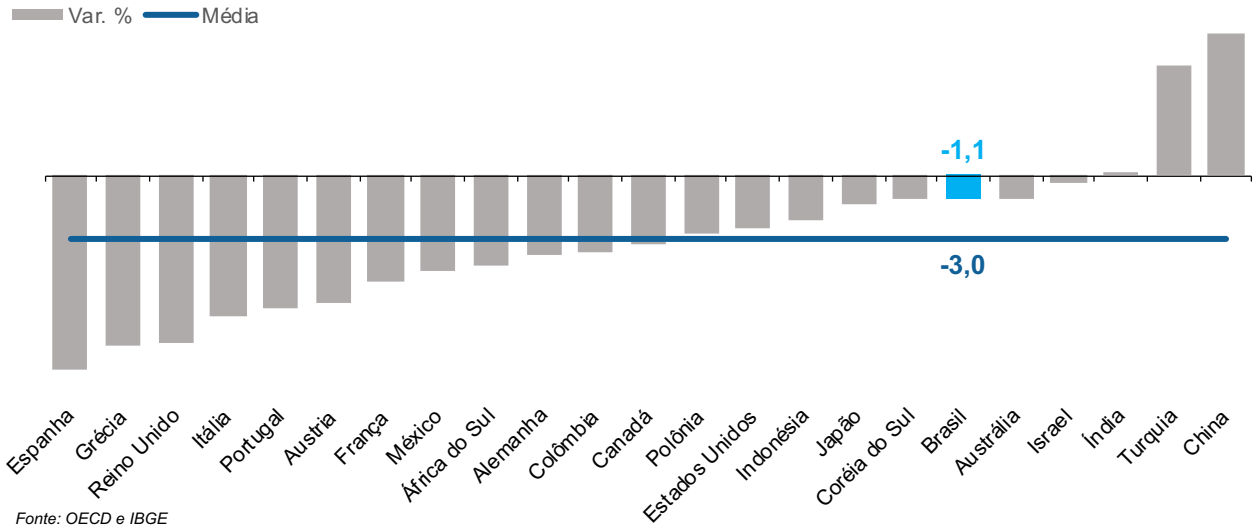
Os resultados fechados para o ano passado indicam um melhor desempenho da economia brasileira, superando a média dos países selecionados e alguns emergentes (México, África do Sul, Índia e Colômbia). Destaca-se o bom momento do PIB brasileiro sobretudo no último trimestre de 2020, quando o nível da atividade estava apenas 1% abaixo do patamar do final de 2019. Com o bom resultado do final do ano passado, o carregamento estatístico, considerando a série com ajuste sazonal, é de 3,6% para 2021. A atividade, no começo deste ano, segundo os indicadores coincidentes e de alta frequência até fevereiro, tem mantido o ritmo de crescimento, contrariando algumas previsões mais pessimistas que sugeriram retração no 1T21 devido ao fim do Auxílio Emergencial.

No entanto, o recrudescimento da pandemia e o aumento das restrições legais têm elevado a incerteza para a previsão do PIB deste ano. Conforme o gráfico extraído do Boletim Macrofiscal de julho de 2020, atualizado pela divulgação mais recente do IBGE, as estimativas para o PIB do ano corrente normalmente ficam distantes do que foi estimado em junho. Exemplifica-se com as projeções realizadas em junho de 2020 pelo Focus. Esperava-se retração do PIB de -6,5%, e o resultado final foi próximo a dois desvios-padrão (-3,9%). Dessa forma, historicamente, em mais de 70% das vezes, o resultado se desvia em pelo menos um desvio-padrão das projeções realizadas no mês de junho. Quando as projeções são feitas em março, o resultado do ano difere na ordem de um desvio padrão em 90% dos casos. Ou seja, a incerteza nas previsões no começo do ano é elevada, e ainda deve-se adicionar ao atual cenário a retomada global mais forte, o processo de vacinação e o aumento local dos casos de COVID.

Dessa maneira, apesar da maior incerteza, espera-se que o crescimento do PIB e a inflação deste ano sejam de 3,2% e 4,4%, respectivamente. As informações incorporadas aos modelos e utilizadas para

estas estimativas tiveram como data limite o dia 10 de março. Deve-se salientar que, conforme a nota informativa "Impactos Econômicos da Covid-19" da SPE[1], o prolongamento das regras de fechamento e distanciamento afetam a atividade econômica negativamente.

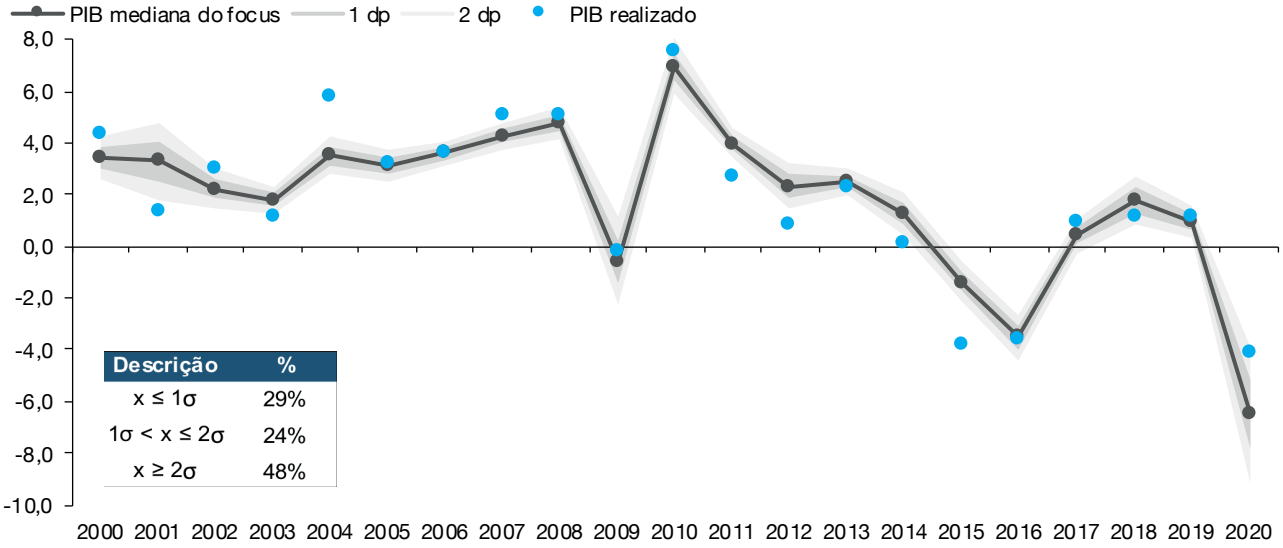
PIB 4T20 (T/T-4 %)



Fonte: OECD e IBGE

De acordo com alguns boxes apresentados neste Boletim, as medidas excepcionais tomadas no ano passado para aliviar os efeitos nefastos da pandemia foram importantes para a retomada da economia. No entanto, apesar de algumas destas ações poderem ser repetidas em 2021, estas devem ser encaradas como atípicas e respeitar o arcabouço fiscal existente. Medidas que conflitem com o processo de consolidação fiscal promovem elevação da inflação, deterioração do risco país e aumento da taxa futura de juros, culminando em efeitos contracionistas sobre a atividade econômica.

Projeção FOCUS (junho) x realizado



Fonte: BCB e IBGE

O caminho para o maior crescimento econômico passa pela continuidade da agenda de reformas estruturais e políticas de consolidação fiscal. A agenda legislativa avançou nos últimos dois anos e ainda progredirá mais. Dessa forma, a vacinação em massa vai garantir o retorno mais rápido do mercado de trabalho via redução das medidas restritivas de combate à pandemia; a consolidação fiscal vai manter um ambiente econômico propício ao investimento privado, à estabilidade da inflação e ao risco-país menor; e reformas pró-mercado vão dinamizar o crescimento de longo prazo da economia brasileira.

1 https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/conjuntura-economica/estudos-economicos/2019/nota-impactos-economicos--da-covid-19.pdf/view

Conjuntura

	2020*	4T20/ 4T19**	4T20/ 3T20***
PIB p.m	**-4,1**	**-1,1**	**3,2**
Oferta			
Agropecuária	2,0	-0,4	-0,5
Indústria	-3,5	1,2	1,9
Serviços	-4,5	-2,2	2,7
Demanda			
Consumo das Famílias	-5,5	-3,0	3,4
Consumo do Governo	-4,7	-4,1	1,1
FBCF	-0,8	13,5	20,0
Exportação	-1,8	-4,3	-1,4
Importação (-)	-10,0	-3,1	22,0

**var % a.a.*
***var %*
****var.% com aj.saz.*

Em 2020, o desempenho da economia brasileira refletiu os fortes impactos da pandemia de coronavírus (Covid-19), assim como os efeitos das medidas adotadas para mitigar a crise. O PIB, em 2020, apresentou recuo de 4,1%. Apesar da queda, o resultado foi melhor do que muitas estimativas e mostrou a recuperação da economia ao longo do segundo semestre. Nota-se que, praticamente, foi recuperado o nível observado no período anterior à pandemia. No ano, destaque para alta na Agropecuária (2,0%). Houve, contudo, recuo nos Serviços (-4,5%) e na Indústria (-3,5%).

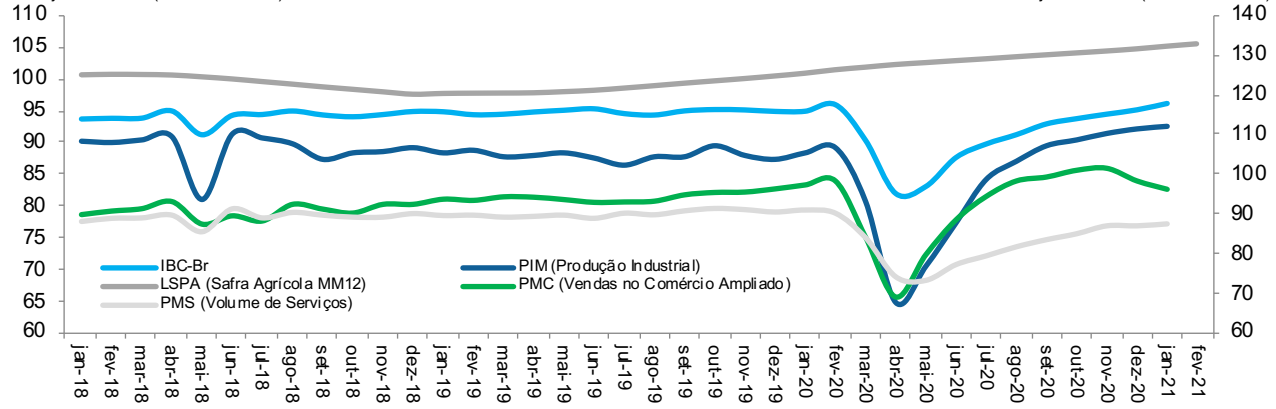
No 4º Trimestre de 2020, o PIB apresentou alta de 3,2% na comparação com o trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal. Pelo lado da oferta, destaque para a retomada na Indústria (1,9%) e nos Serviços (2,7%). Houve, porém, recuo na Agropecuária (-0,5%). Na demanda, destaque para o avanço de 20,0% no investimento (FBCF) e a alta de 3,4% no consumo das famílias, denotando a retomada em "V" da economia com acerto das medidas de apoio à reativação da atividade econômica. Esses bons resultados permitiram mitigar os efeitos negativos da pandemia, favorecendo a preservação do emprego e da renda.

No primeiro bimestre de 2021, os indicadores apontam a continuidade da recuperação da atividade econômica. Na Agropecuária, a estimativa de safra (LSPA/IBGE) é de 263,1 milhões de toneladas, com crescimento de 3,5% ante o ano anterior, novo recorde na produção de grãos. Na Indústria, os resultados de janeiro/2021 denotam a continuidade da recuperação, com alta de 0,4% ante o mês anterior, com ajuste sazonal. Destaque para a produção de bens de capital (4,5%). No comércio (PMC/IBGE), nota-se o segundo arrefecimento seguido no varejo restrito, com recuo de 0,2% em janeiro/2021 ante o mês anterior com ajuste sazonal. Nos serviços (PMS/IBGE), alta de 0,6%, com destaque para alta nos serviços profissionais, administrativos e complementares (3,4%) e nos serviços de transportes, auxiliares e correio (3,1%).

Outros indicadores antecedentes e coincidentes de atividade também apontam a continuidade da recuperação econômica em fev/2021, com variação positiva na margem com ajuste sazonal, tais como a expedição de papel ondulado (3,6%), o fluxo de veículos pesados (1,7%), a carga de energia (0,5%), atividade do comércio da Serasa (0,2%) e o licenciamento de veículos (1,3%). Na mesma linha, os indicadores de confiança refletem melhora das expectativas de empresários e consumidores.

IBC-Br e Produção Industrial
Com Ajuste Sazonal (Média 2014=100)

Safra Agrícola (MM12), Vendas no Comércio e Volume de Serviços
Com Ajuste Sazonal (Média 2014=100)



Fonte: BCB: Índice de Atividade Econômica do Banco Central - Brasil. IBGE: Pesquisa Industrial Mensal (PIM), Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)

Projeção de curto prazo

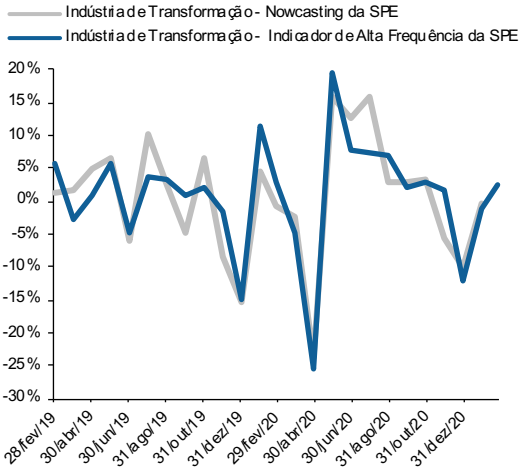
Com o conjunto de informação disponível até o final de fevereiro de 2021, a projeção de crescimento do PIB para o 1º trimestre de 2021, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, é de -0,35%, ante a estimativa de analistas de mercado, coletada pela pesquisa Focus, de -0,80%. Os dados dos principais indicadores mensais divulgados pelo IBGE – PIM, PMC e PMS – indicaram a continuidade da retomada econômica no primeiro mês do corrente ano. Do mesmo modo, os indicadores de atividade econômica com dados de alta frequência monitorados pela SPE sinalizaram o crescimento também no mês de fevereiro deste ano. Contudo, o desempenho da economia no mês de março ainda é incerto, haja vista novos fatores que estão surgindo em decorrência da pandemia, como a maior rigidez das regras de distanciamento, e afetam a atividade econômica.

Para a atividade industrial, projeta-se um crescimento interanual de 1,86% no 1T21 com a informação disponível até fevereiro de 2021, ante a projeção dos analistas da Focus de crescimento de 1,48%. Conforme os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do IBGE, a produção industrial cresceu 0,4% em janeiro de 2021 frente ao mês anterior (com ajuste sazonal), registrando a nona alta consecutiva. Na comparação interanual, a produção industrial registrou crescimento de 2%, sendo que a indústria extrativa cresceu 0,3% e indústria de transformação aumentou 2,3%. Assim, o carregamento estatístico para 2021 está em 10,3% para a atividade industrial. Para o mês de fevereiro de 2021, os indicadores de atividade econômica da SPE com dados de alta frequência (notas fiscais das Receitas Federal e Estaduais, consumo de energia elétrica, fluxos de veículos em rodovias) apontam para o crescimento da indústria de transformação, tanto na margem quanto em termos interanuais.

Para o setor de serviços, com a informação disponível até fevereiro de 2021, projeta-se recuo de 0,86% no 1T21 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, ante a projeção dos analistas da Focus de queda de 0,90%. O resultado mensal da PMS foi positivo para janeiro de 2021, registrando crescimento de 0,6% no volume de serviços no Brasil, mostrando a continuidade da retomada deste setor mais afetado pelas restrições impostas pela pandemia. Para fevereiro de 2021, os indicadores de alta frequência da SPE sinalizam que houve, na margem, aumento em serviços de transportes e queda em serviços de informação, embora o resultado exato vá depender do ajuste sazonal feito, uma vez que não houve Carnaval neste ano. Para março, projeta-se queda na atividade de serviços, em razão do recrudescimento da pandemia que afeta principalmente o setor.

YoY	SPE	FOCUS
Nowcasting	**1T21**	
Indústria	1,86	1,48
Serviços	-0,86	-0,90
Impostos	0,47	
PIB	**-0,35**	**-0,80**

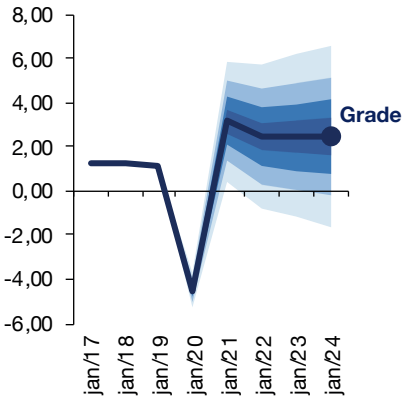
Indústria de Transformação:
variação na margem



Projeção de médio prazo

Projeções do crescimento do PIB*			
Ano	Data da projeção		
	08/Set	05/Nov	10/Mar
2021	3,20	3,20	3,20
2022	2,50	2,50	2,50
2023	2,50	2,50	2,50
2024	2,50	2,50	2,50
2025	-	-	2,50

**(%) Percentual*
Fonte: SPE



As projeções dos indicadores macroeconômicos da grade de parâmetros desta edição servirão como base para o eventual Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º bimestre de 2021 e para a atualização dos parâmetros da PLOA 2022. É necessário ressaltar que o conjunto de informações dos dados econômicos e financeiros utilizados para a estimação das variáveis da Grade de Parâmetros é limitado aos indicadores divulgados até o dia 10 de março, exceto as séries de preço que tiveram data base na divulgação do IPCA (11/03).

A projeção da variação do PIB para o ano de 2021 manteve-se em 3,2%. Para os anos posteriores, dentro do horizonte de projeção até 2025, mantiveram-se também inalteradas as estimativas em relação à Grade de Parâmetros divulgada em novembro de 2020 (2,5%). A manutenção das projeções se deveu, principalmente, à recuperação econômica do segundo semestre de 2020, com bons resultados da indústria e do comércio e, no último trimestre, do setor de serviços. Para o primeiro trimestre deste ano, ainda se espera retração de 0,7% na margem com ajuste sazonal, com crescimento positivo nos demais trimestres. Essa projeção negativa no começo do ano advém das novas necessidades de isolamento social em diversas regiões do país.

A metodologia utilizada para a projeção a partir do 1T21, e para os anos posteriores, fundamenta-se em modelos de pequeno e médio porte, além de estimações de aprendizagem de máquina.

O PIB nominal projetado para 2021 é de R$ 8,21 trilhões, o qual, se observado, ficará acima do valor de 2020. No entanto, espera-se um deflator (6,75%) superior ao observado em 2020 (4,79%).

Deve-se salientar que a incerteza ainda permanece significativamente elevada. Ademais, as projeções da atividade para este e para os próximos anos tornam-se particularmente sensíveis à divulgação dos dados e ao desenrolar dos efeitos da COVID-19 e do processo de vacinação, principalmente considerando os seus efeitos no PIB de longo prazo.

Como em toda projeção, há incerteza inerente às estimações para o horizonte prospectivo, especialmente neste período da pandemia da COVID-19. Desta maneira, usando a variância da previsão dos modelos considerados, é possível estimar diferentes cenários para o crescimento da atividade, segmentando-os em diferentes percentis. Observa-se que a variância das estimações aumenta a cada ano à frente, o que indica que as projeções de crescimento tendem a ser revistas à medida que a economia sofra novos choques.

Projeção de inflação

A projeção da taxa de inflação, medida por meio da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, para 2021 é de 4,4%. O valor representa aumento da projeção em relação ao último Boletim Macrofiscal (novembro de 2020), no qual a projeção era de 3,23%. Apesar do valor estar acima da meta de inflação de 3,75% para o ano de 2021, o mesmo encontra-se dentro do intervalo de tolerância (banda de 1,5 p.p.). Ainda, as expectativas de inflação já mostram convergência para o centro da meta de inflação a partir de 2022, inclusive com valores menores. As metas de inflação para 2022 e 2023 são 3,5% e 3,25%, respectivamente.

O preço dos alimentos continua a pressionar o IPCA, mesmo com o arrefecimento observado no início de 2021. A evolução do IPCA ao longo do ano de 2020 mostra que a inflação acumulada em 12 meses do grupo Alimentação no Domicílio, após atingir um valor mínimo de 5,1% em março de 2020, acelerou até alcançar o pico em novembro de 2020, quando foi de 21,1%, e fechou o ano em 18,2%. No dado mais recente, no acumulado em 12 meses, chegou a 19,4% (fevereiro de 2021).

Os preços monitorados e os serviços contribuem positivamente para a inflação acumulada em 12 meses, apresentando valores que estão dentro da meta de inflação estipulada para 2021. O gráfico a seguir apresenta o comportamento da inflação de preços Monitorados, Alimentação no Domicílio, Serviços, Bens Industriais e do Índice Geral.

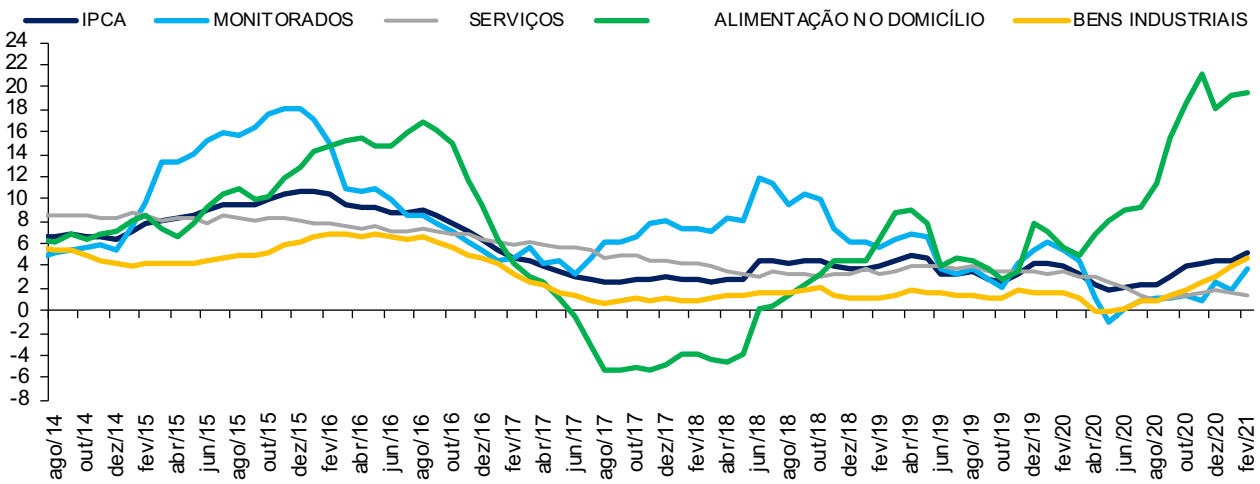
Inflação 2021 - projeção (Grade)*			
Data base para projeção da inflação	set/20	nov/20	mar/21
IPCA	2,94	3,23	4,42
INPC	3,08	3,20	4,27
IGP-DI	4,18	4,38	5,06

(%) Percentual

Conforme Ata do Comitê de Política Monetária - Copom, referente à 236ª Reunião, publicada em janeiro de 2021, a recente elevação no preço de *commodities* internacionais e seus reflexos sobre os preços de alimentos e combustíveis implicam elevação das projeções de inflação para meses à frente. Todavia, apesar da pressão inflacionária mais forte no curto prazo, o Comitê manteve o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, ainda que tenham se revelado mais persistentes do que o esperado.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC deverá encerrar o ano com variação de 4,3% devido à influência dos mesmos movimentos discutidos acima. Com participação relevante dos produtos agropecuários, a inflação projetada para o IGP-DI em 2021 apresentou forte queda de 21,0% para 5,1%. Cabe lembrar que este último índice tem uma abrangência maior do que apenas o consumidor final, englobando também o setor atacadista e o custo da construção civil.

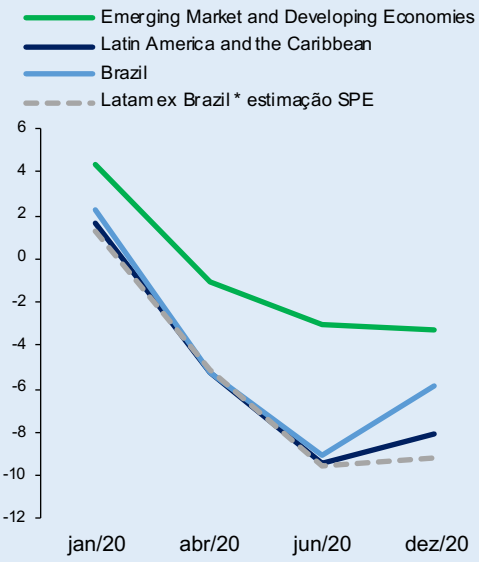
Inflação IPCA (ac. 12 meses)



Fonte: IBGE

Projeções para o PIB em 2020

Projeção de crescimento econômico para 2020 (FMI)



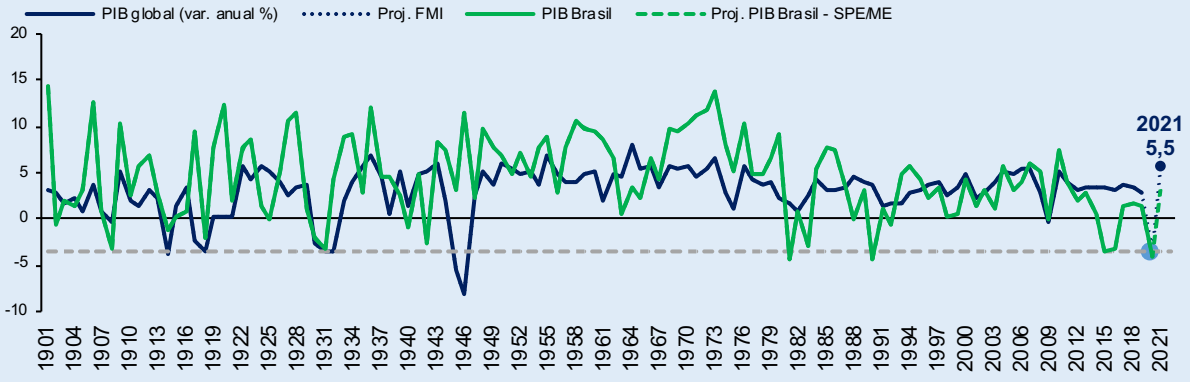
Fonte: FMI - WEO

A pandemia da COVID-19 afetou de forma expressiva a atividade econômica dos países ao redor do mundo, levando-os para uma recessão global sincronizada. No Brasil, o choque econômico foi mais intenso no segundo trimestre de 2020, com fortes efeitos negativos sobre renda, emprego e consumo das famílias. Diante da crise, iniciou-se uma revisão de projeções de impacto sobre a atividade econômica global, inclusive para o Brasil.

De acordo com o relatório FOCUS de fevereiro de 2020, a mediana das projeções econômicas indicava um crescimento ao redor de 2,1% do PIB para 2020. Com o início da pandemia, as expectativas foram se deteriorando e, em junho de 2020, diversos analistas e instituições apontavam queda do PIB entre 7% e 10%. O FMI, por exemplo, chegou a projetar uma queda de 9,1% para o PIB brasileiro em 2020; o Banco Mundial, um recuo de 8%; e a CEPAL, uma redução de 9,2%.

No entanto, apesar de a atividade brasileira ter crescido abaixo da média mundial nos últimos anos, a rápida resposta conjunta do Governo Federal e do Congresso Nacional com medidas de atenuação da crise limitou a deterioração da economia. Dessa forma, o Brasil mudou a tendência do seu crescimento, revertendo parcialmente as expectativas para 2020 e apresentando melhores resultados relativos que a média dos países emergentes e o conjunto dos países da América Latina e do Caribe.

PIB global e Brasil (var. anual %)



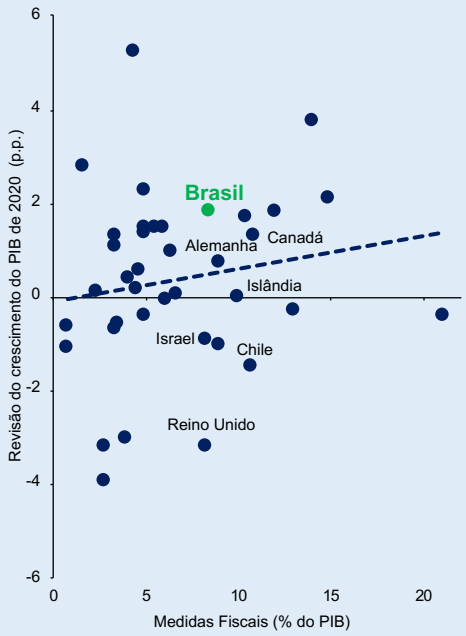
Fonte: IEA e FMI. Elaboração SPE/ME

Os painéis da diferença entre as projeções de crescimento mostram, no eixo vertical, as diferenças, em pontos percentuais, das projeções de crescimento econômico de países selecionados para 2020 apresentadas em dois momentos daquele ano tanto pelo FMI quanto pela Bloomberg. No eixo horizontal está representado o gasto público (em % do PIB) direcionado para o combate à pandemia. Tanto nos dados da Bloomberg quanto nos dados do FMI verifica-se que, mesmo na comparação com países que gastaram significativamente mais, o Brasil apresentou um bom desempenho e foi um dos países que mais reverteram projeções de crescimento econômico.

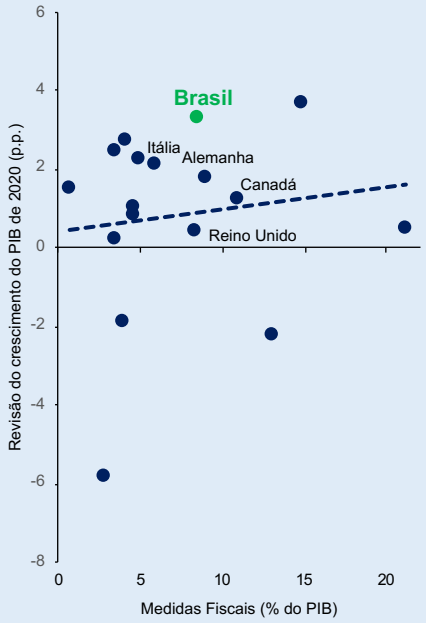
No final de 2020, o valor da retração econômica esperada para o Brasil assemelhava-se à queda do PIB global, apesar de projeções terem se destoado significativamente em meados de 2020. Se compararmos a diferença entre as projeções de começo e final de ano, é possível verificar que a economia brasileira obteve melhor desempenho que vários de seus pares internacionais. As projeções mais pessimistas para o desempenho da economia não se confirmaram, pois as ações e medidas econômicas permitiram a reversão desse maior pessimismo relativo ao país. É possível afirmar, desta maneira, que as medidas econômicas adotadas pelo governo brasileiro, em conjunto com o Congresso Nacional, permitiram atenuar a queda do PIB em 2020 e geraram condições para recuperação nos anos seguintes.

No entanto, a incerteza quanto às projeções da atividade em 2021 continua elevada devido ao recrudescimento da pandemia. Inclusive, para enfrentar os novos desafios, algumas políticas já adotadas poderão ser novamente acionadas, como, por exemplo, o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda - Bem e o Auxílio Emergencial. Contudo, é imprescindível que o país permaneça no caminho da consolidação fiscal e da agenda de reformas estruturais, que possibilitarão a elevação da confiança e maior vigor da atividade ao longo de 2021. São essas reformas que consolidarão o devido suporte ao crescimento econômico, permitindo que o país consiga atingir patamares sustentáveis de renda, emprego e bem-estar da sua população. As medidas de mitigação da crise tomadas em 2020 devem ser encaradas como temporárias e excepcionais.

a) Bloomberg



b) FMI



Agenda de Reformas

O governo federal tem trabalhado, nos últimos 2 anos, em diversas reformas econômicas estruturais para o país, com o objetivo de pavimentar o caminho para um crescimento sustentado, com melhores oportunidades de geração de emprego e renda, o que irá ampliar o bem-estar das famílias brasileiras. Como regra geral, essas medidas buscam reduzir a má alocação de recursos na economia brasileira e aumentar a produtividade do país nas mais diversas áreas. Importantes medidas foram aprovadas nestes 2 anos, mesmo durante a maior crise de saúde pública da história, que implicou fortes restrições de distanciamento social (Figura 1).

Figura 1 –Ações já implementadas ou aprovadas pelo Congresso Nacional

Abr/19	Jun/19	Set/19	Out/19	Dez/19	Mai/20	Jul/20	Dez/20	Fev/21	Mar/21
Cadastro positivo	• Abertura do Mercado de gás • Lei das agências reguladoras • Acordo Mercosul-União Europeia	MP liberdade econômica	Reforma da Previdência	Novo FGTS	Acordo Lei Kandir	Novo marco saneamento básico	Nova Lei de Falências	Autonomia do BC	• PEC 186 (Emergencial) • Fundos de Investimento (Fiagro)*

**Em fase de sanção presidencial*

Como destaques das reformas microeconômicas, podemos destacar: i) Cadastro Positivo – sanção do Projeto de Lei Complementar nº 441/17 em abril/2019, que tem como objetivo diminuir os custos dos empréstimos e facilitar o acesso dos brasileiros ao crédito; ii) Reforma da Previdência (EC nº 103/2019 de novembro/2019), que irá permitir que o Brasil volte a ter equilíbrio fiscal e retome fôlego para investir em áreas prioritárias, além de garantir o pagamento atual e futuro de aposentadorias, pensões e benefícios; iii) o novo FGTS (Lei Nº 13.932/2019), que busca facilitar o acesso dos trabalhadores ao saldo da sua conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; iv) a Nova Lei de Falências (Lei nº 14.112/2020), que irá permitir ampliar o financiamento a empresas em recuperação judicial, executar o parcelamento e o desconto para pagamento de dívidas tributárias e possibilitar aos credores apresentar plano de recuperação da empresa em abril/2020; v) Autonomia do Banco Central (Lei Complementar nº 179), que estabelece adoção de mandatos de 4 anos para o presidente e diretores desta autarquia federal, dentre outras ações.

Em relação aos marcos setoriais, tivemos outros destaques: i) Abertura do mercado de gás em junho/2019, estabelecida pela Resolução nº 16 de 24 de junho de 2019 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), com o objetivo de estimular a competição do setor ao encerrar a concentração do mercado em poucos fornecedores. Como resultado, espera-se uma redução significativa do preço do produto, tanto para uso industrial quanto residencial; ii) Novo Marco do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020), em julho/2020, que tem como objetivo universalizar e qualificar a prestação desse serviço no país.

Outras ações relevantes que merecem ser citadas: i) a PEC Emergencial (PEC nº 186/2019), que contém diversas ações de redução de gastos, além da proposta de retomada do auxílio emergencial; ii) a sanção da nova Lei das Agências Reguladoras (Lei nº 13.848/2019), em junho/2019, que atualiza regras de gestão, organização, processo decisório e controle social das agências; iii) a conclusão do

acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia, em junho/2019, após mais de 20 anos de negociações; iv) a MP da Liberdade Econômica, em setembro/2019, que foi convertida na Lei nº 874/2019 com o objetivo de desburocratizar e favorecer o ambiente de negócios; iv) lançamento do Programa de Melhoria Contínua da Competitividade, os chamados Vouchers Empresariais (Portaria nº 12.302), em novembro/2019, com a função de promover políticas de aprimoramento da produtividade e competitividade das empresas brasileiras.

Por fim, uma importante medida foi o Acordo entre União e estados, homologado pelo Supremo Tribunal Federal em maio de 2020, que pôs fim a um impasse jurídico de décadas relacionado à Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/1996), que trata sobre o ICMS dos Estados e do Distrito Federal nas exportações. Os Fundos de Investimento Agrícola (Fiagro - PL nº 5191/2020) já foram aprovados pelo Congresso Nacional e se encontram em fase de sanção presidencial.

Para 2021, diversos projetos relevantes estão sendo discutidos com o Senado Federal e com a Câmara dos Deputados. A reforma tributária (PEC nº 45/2019) e a reforma administrativa (PEC nº 32/2020) também são muito relevantes no contexto atual e irão permitir a racionalização e simplificação do sistema tributário e a modernização da administração pública, respectivamente. No setor de infraestrutura, há várias ações em debate que deverão gerar resultados positivos no próximo ano: Modernização do setor elétrico (PLS nº 323/2016); Debêntures de infraestrutura (PL nº 2646/2020); Marco Legal das ferrovias (PLS nº 261/2018).

Outros importantes projetos já foram aprovados numa das Casas Legislativas e seguem em tramitação na outra para aprovação final, conforme podemos acompanhar na tabela a seguir:

Figura 2 – Projetos em tramitação no Senado e na Câmara

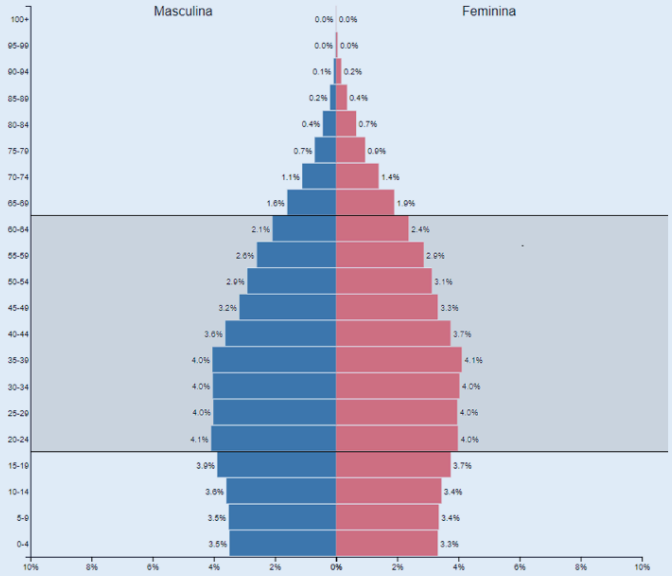


Em suma, as medidas econômicas adotadas para combater a pandemia foram significativas e temporariamente necessárias diante de um choque atípico que afetou negativamente a renda, o emprego e o consumo das famílias brasileiras. No entanto, a manutenção de uma política monetária em terreno acomodatício, a expansão da vacinação, a consolidação fiscal e a continuidade das reformas estruturais possibilitarão a elevação da confiança e maior vigor da atividade ao longo de 2021. É importante continuarmos criando o devido suporte ao crescimento econômico que garantirá o emprego, a renda e o bem-estar da população brasileira de forma sustentável.

Os Custos Socioeconômicos do Fechamento das Escolas

O fechamento das escolas no Brasil durante a pandemia terá impactos profundos e de longa duração sobre a economia brasileira. A Figura 1 abaixo mostra a pirâmide etária do Brasil em 2020, quando se inicia a pandemia do Vírus Corona.[1] As duas linhas horizontais que demarcam a região sombreada representam a população entre 20 e 65 anos de idade, supostamente quem está no mercado de trabalho contribuindo para a criação de riqueza no país. Grosso modo, trata-se da parcela da população que gera o PIB brasileiro, e no processo sustenta os idosos aposentados, e as crianças e jovens em idade escolar. O bônus demográfico brasileiro é bem evidente, porque a base da pirâmide é bem curta, e a população em idade produtiva sustenta uma parcela relativamente pequena de população que não produz e apenas consome recursos.

Figura 1: Pirâmide etária do Brasil em 2020

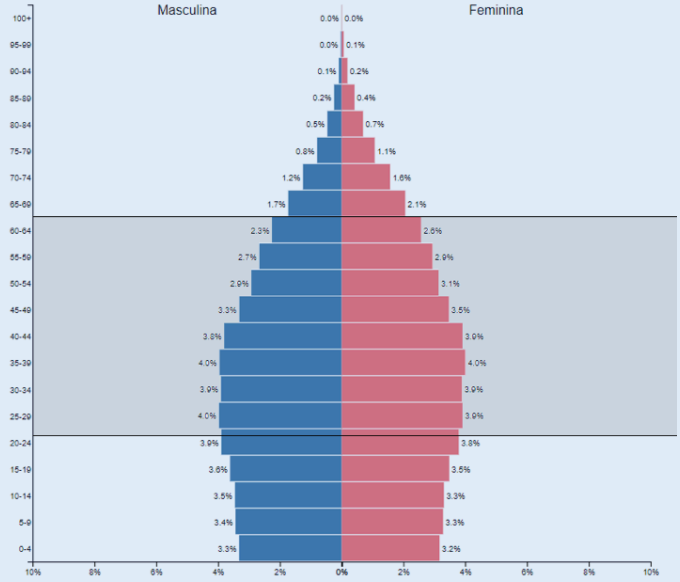


Passado um ano do início da pandemia, ainda é incerta a sua duração. Mas se o passado for um bom preditor do presente, podemos olhar para a última grande pandemia que assolou a humanidade, a Gripe Espanhola, que durou aproximadamente 3 anos, de janeiro de 1918 a dezembro de 1920. Vamos então supor que tenhamos os efeitos da atual crise se estendendo até o final de 2022. Se as escolas permanecerem fechadas até lá, teríamos um hiato de três anos na educação de um grande coorte populacional. Um prejuízo de dimensões incalculáveis.

Há duas formas extremas de lidar com o problema. É possível imaginar também soluções intermediárias entre elas. A primeira seria simplesmente deixar o hiato educacional cobrar seu preço no estoque de capital humano brasileiro, de modo que jovens entrem no mercado de trabalho com a mesma idade que entrariam sem a pandemia, porém com uma quantidade menor de anos de educação formal. Boa parte do coorte que hoje tem entre 5 e 20 anos de idade (a idade escolar) perderia três anos de educação formal. Essa alternativa seria uma verdadeira catástrofe na acumulação de capital humano e na produtividade do trabalho de uma geração inteira.

1 Disponível em https://www.populationpyramid.net/pt/brasil/2020/

Figura 2: Pirâmide etária do Brasil em 2023



A segunda alternativa seria cobrir o hiato de ensino com anos adicionais de estudo após o término da pandemia. Nesse caso, teríamos uma redução da área sombreada da Figura 1 a partir de 2023. Essa redução é apresentada na Figura 2, que mostra o que será a pirâmide etária do Brasil em 2023. A diferença para a de 2020 é sutil. Basicamente teremos uma base e um meio da pirâmide um pouco mais estreitos (menos geradores de riqueza em idade laboral e menos crianças consumidoras de recursos), e um topo um pouco mais largo (mais idosos para serem sustentados pelo meio da pirâmide). O efeito visual de se postergar por 3 anos a entrada dos jovens no mercado de trabalho é dramático. Agora a linha horizontal inferior está localizada aos 23 anos de idade. A área sombreada da população que gera riqueza se encolhe, dado que teremos uma proporção menor de adultos em idade laboral. O país irá criar um bolo de menor dimensão a ser dividido pelo mesmo número de pessoas. Esse efeito deve durar por aproximadamente 15 anos após o término da pandemia[2], possivelmente até 2038, até que todo esse coorte da população que está sofrendo hoje com a paralisação das aulas entre no mercado de trabalho. Portanto, escolas fechadas hoje causam um país mais pobre amanhã. E esse amanhã deve perdurar por quase duas décadas.

Por outro lado, é fato que o ensino remoto é um substituto do ensino presencial, embora esteja longe de ser um substituto perfeito. Passado um ano de pandemia, é plausível que mesmo crianças dotadas das condições materiais para o ensino a distância tenham experimentado algum déficit de aprendizado, comparativamente ao ensino presencial. Mas o prejuízo terá sido muito maior para crianças pobres, porque foram destituídas de qualquer tipo de ensino em 2020. Portanto, o impacto negativo da pandemia sobre o aprendizado dos alunos não é homogêneo na população. Ele tende a ser tanto maior quanto mais baixa é a renda familiar, uma vez que a existência de barreiras para o estudo remoto correlaciona-se fortemente com a renda. Um computador conectado à internet, e um ambiente adequado na residência para o ensino à distância são requisitos praticamente inatingíveis para milhões de famílias de baixa renda.

De fato, o Censo Escolar de 2020[3] mostra que enquanto um terço das escolas públicas do país não possuem conexão com a internet, praticamente a totalidade das escolas privadas estão conectadas. Diante dessas reflexões, espera-se que um efeito do fechamento das escolas durante a pandemia seja o aumento do hiato de aprendizado e de capital humano acumulado entre crianças de distintas faixas de renda familiar. Crianças pobres serão mais prejudicadas. No longo prazo, isso tende a se traduzir em mais desigualdade de renda.

2 Estamos supondo aqui que a idade escolar começa aos 5 anos e vai até os 20.
3 Divulgado em 11 de março de 2020, ou seja, com informações do período pré-pandemia.

Choques negativos sobre a educação
e seus rebatimentos sobre o bem-estar social

Os efeitos da educação sobre o crescimento econômico são muito bem documentados na literatura macroeconômica. Estima-se que cada ano adicional de educação é capaz de impulsionar o crescimento Produto Interno Bruto (PIB) em cerca de 0,58% no longo prazo.[1] Em tese, essa informação deveria abrir uma janela de oportunidades para a economia brasileira —, caracterizada pelo baixo estoque de capital humano. Para se ter uma ideia, enquanto países desenvolvidos como a Alemanha e os Estados Unidos a populança tenha médias de anos de estudo de 13 ou 14 anos, no Brasil esse número é pouco maior do que 7 anos.[2] Essa diferença evidencia não só uma das razões para o tímido crescimento brasileiro, como também para a baixa qualidade de vida do nosso povo. Estimativas contidas em Barbosa Filho e Pessoa (2010) indicam que aproximadamente 40% da diferença de renda entre o Brasil e os EUA são fruto do atraso educacional em nosso país.[3]

Infelizmente, os impactos do baixo nível educacional não param por aí. Somam-se questões relacionadas à oferta de escolas e creches, a qualidade do ensino e uma cadeia de conexões microeconômicas complexas que potencializam os efeitos da educação sobre o bem-estar econômico no curto e no longo prazos. Alguns exemplos ajudarão no entendimento:

a. no **curto prazo**: (i) a falta de vagas nas escolas e/ou creches reduzem a oferta de mão de obra, em especial, das mulheres; (ii) crianças fora da escola (mesmo no sistema on line) estão sujeitas a ansiedade, depressão e violência domestica e; (iii) adolescentes tendem a evadir da escola, seja por desestimulo, seja por necessidade de complementar a renda familiar perdida em decorrência da crise econômica.

b. no **longo prazo**: (iv) uma criança menos educada, será um adulto aquém de suas capacidades cognitivas, interferindo não só a sua vida futura, como também na dos seus descendentes; (v) a vulnerabilidade de renda (pobreza e extrema pobreza) tende a ser transmitida para as gerações futuras, em especial, via piora nas condições de saúde dos decendentes.

E mais, a observação dos impactos na média não refletirão a realidade. Quanto mais jovem for a criança, mais afetada ela será pelo choque negativo sobre a educação (Cunha e Heckman, 2007).[4] Como mencionado no tópico "v", as consequências transitam em uma rede de mão dupla da saúde para a renda. Em suma, o resultado de um choque negativo sobre a educação é: **um país mais pobre no presente, uma população mais doente e vulnerável no médio prazo e uma transmissão dessas condições para as gerações futuras.**

Estima-se que a insuficiência ou a precariedade dos serviços de creche sejam responsáveis por mais de 50% dos problemas relacionados a falta de concentração, além de promover atrasos e faltas no ambiente de trabalho (Belfield, 2018).[5] No mais, a falta de creches pode reduzir em mais de 5% a participação da mulher no mercado de trabalho.[6] Nos Estados Unidos a taxa de evasão escolar voltou a crescer em 2020 após uma década de redução continuada. Os efeitos psicológicos também são não negligenciáveis. Uma pesquisa da Kaiser Family Foundation nos EUA mostrou que 46% de adultos

1 Ver, entre outros: Sala-i-Martin, X., Doppelhofer, G., and Miller, R. I. (2004). Determinants of long-term growth: A Bayesian averaging of classical estimates (BACE) approach. American Economic Review 94(4), 813–835.
2 https://www.cuponation.com.br/insights/tempo-de-estudo-outros-paises.
3 F. Barbosa Filho, Pessoa, S. (2010). Educação e Crescimento: O que a Evidência Empírica e Teórica Mostra? EconomiA, Brasília(DF), v.11, n.2, p.265–303.
4 Cunha, F. and J. J. Heckman (2007). The technology of skill formation. American Economic Review 97(2), 31–47.
5 Belfield, C. (2018). The Economic Impacts of Insufficient Child Care on Working Families. Child care and early education.
6 Barbosa, A. L. N. H. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n. 57, p. 31-41, 2014.

pais de crianças e adolescentes menores de 18 anos de idade sentem que a pandemia tem um impacto negativo sobre a sua saúde mental.[7]

Os impactos de longo prazo são mais difíceis de serem mensurados, mas não de serem compreendidos. Além do acesso a uma base de dados adequada, a grande dificuldade desse tipo de estudo é criar um desenho de pesquisa capaz de isolar o efeito de um evento do passado na vida de um adulto. Apesar disso, pesquisadores como Currie e Moretti (2007), entre outros, concluem que condições adversas enfrentadas na primeira infância (ou *in utero*) podem reduzir o quociente de inteligência (QI) em quase 1,5%, o que corresponderia a uma queda superior a 1% nos salários quando esses indivíduos atingirem a vida adulta.[8]

A ênfase no choque negativo se dá devido à postura tomada no enfrentamento ao COVID19. Nosso país optou pelo fechamento completo das escolas públicas no ano de 2020 e por um período muito mais extenso do que o registrado em outros países (média de 40 semanas no Brasil, contra 22 semanas no resto do mundo). E mais, essa política persiste, ressalvadas algumas exceções, em 2021. Nesse sentido, todos os números apresentados até aqui podem ser entendidos como a previsão mais otimista dentre as possibilidades. A razão para isso é que os estudos citados foram conduzidos em um cenário de escassez de serviços e não sob a hipótese de indisponibilidade total.

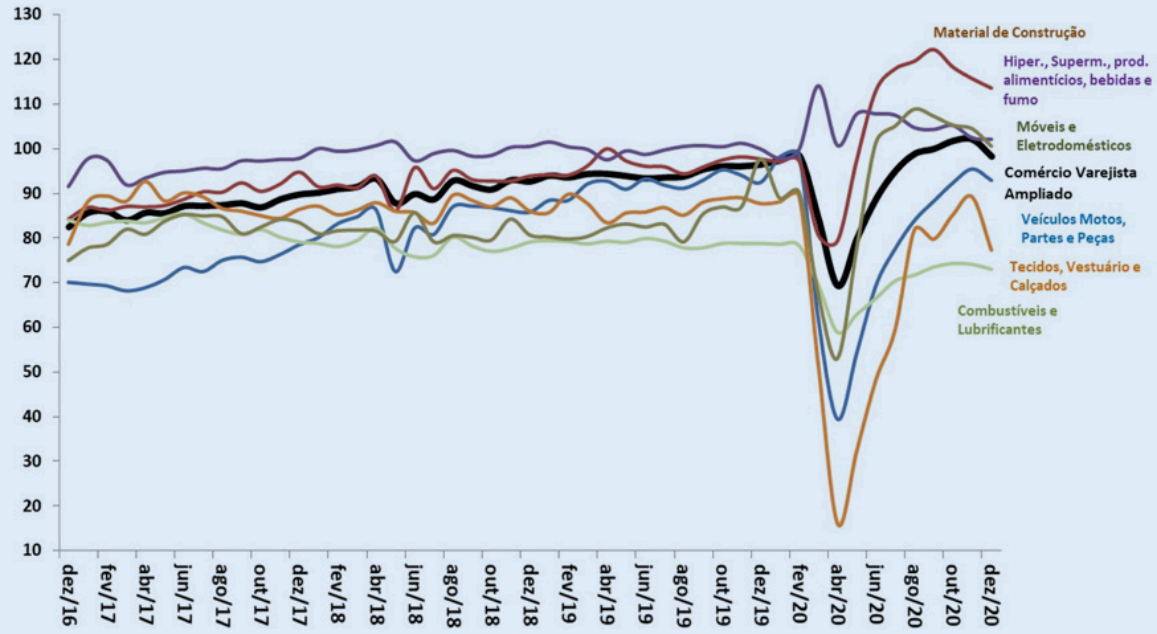
O fato é que as ações de fechamento de escolas foram justificáveis diante da total incerteza no início da pandemia. Contudo, evidências recentes vêm demonstrando que a abertura das escolas pode não constituir um fator de risco para a propagação do vírus. Em um estudo que acompanha 5.181 escolas, 4 milhões de estudantes e 1,3 milhão de de professores e pessoal de apoio, a pesquisadora norte-americana Emily Oster vem relatando uma taxa de infeccão nas escolas inferior a 0,5%. Em outro tipo de abordagem, Bismarck-Osten, Borusyak and Schönberg (2020) avaliam um experimento natural para um grupo de escolas alemãs, concluindo que: (1) o fechamento das escolas não produziu nenhum efeito nas contaminações de COVID19 no grupo de crianças; (2) o efeito nulo também foi registrado na abertura das escolas. Nesse ponto destaca-se que não há crescimento no contágio de crianças, tampouco um aumento na contaminação de adultos. Por essas razões, o fechamento prolongado das escolas tem suscitado manifestação da Sociedade Brasileira de Pediatria.

7 https://jornal.usp.br/artigos/o-custo-da-pandemia-sobre-a-saude-mental-de-criancas-e-adolescentes/
8 Currie, Janet; Moretti, Enrico. (2007). Biology as destiny? short- and long-run determinants of intergenerational transmission of birth weight. Journal of Labor Economics. 25(2):231–264.

Projeções de arrecadação do ICMS em face da pandemia da COVID-19

O consumo das famílias entre os meses de março a maio de 2020 foi atingido pela recente crise sanitária. Naquele período, as medidas de distanciamento social foram mais rígidas, acarretando quedas intensas das atividades de comércio, indústria e de serviços. Contudo, com a flexibilização das quarentenas e concessão de estímulos, a exemplo do auxílio emergencial, houve um aquecimento no consumo das famílias e retomada do nível de atividade econômica, conforme apresentado no Gráfico 1. O setor varejista surpreendeu com recuperação em "V" (forte queda, seguida de rápida retomada). Verificou-se que a trajetória positiva das vendas do varejo apontou para recuperação do consumo das famílias e reforçou a recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) no quarto trimestre, a partir da análise de dados divulgados pelo IBGE. Nota-se, por exemplo, no Gráfico 1 que as atividades varejistas que apresentaram maior reação estiveram associadas a material de construção, hipermercados (assim como supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo), bem como móveis e eletrodomésticos.

Gráfico 1: Comércio Varejista por Atividade com ajuste sazonal (Média 2014 = 100)



Nota: SPE – Panorama Macroeconômico (PanMacro).

O comportamento da receita tributária a mudanças nas variáveis macroeconômicas é relevante para a condução das finanças públicas dos entes subnacionais. Nesse contexto, é fundamental para o gestor público projetar o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, e de comunicação (ICMS). O ICMS é a principal fonte de arrecadação tributária dos Estados e do Distrito Federal, cuja competência cabe a esses entes subnacionais.

Os avanços na arrecadação do ICMS são reflexo do movimento de retomada do nível de atividade econômica já apresentado no desempenho de alguns indicadores econômicos. O pagamento do auxílio emergencial e o afrouxamento das medidas de isolamento social, estimularam o consumo das famílias, refletindo no aumento da arrecadação do ICMS, conforme retratado no desempenho do comércio varejista. A partir de dados mensais realizados de arrecadação de ICMS obtidos no Boletim de Arrecadação dos Tributos Estaduais do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ)[1] e abrangendo o período de

1 Disponível em: <<https://www.confaz.fazenda.gov.br/boletim-de-arrecadacao-dos-tributos-estaduais>> Acesso em 11 de março de 2021.

janeiro/1998 a dezembro/2020, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia realizou projeções da arrecadação de ICMS por ente subnacional até dezembro de 2024[2]. A metodologia dessas projeções encontra-se descrita em Mendonça *et al*. (2020), as quais são reportadas na Grade de Cenários e Projeções Econômico-Fiscais dos Entes Subnacionais, que se trata do produto do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2020 celebrado entre a Secretaria de Política Econômica (SPE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

2 Na elaboração das projeções de ICMS, considerou-se os cenários de variação real de PIB e IPCA constantes na Grade de Parâmetros Macroeconômicos da SPE divulgado em novembro/2020.

Tabela 1 – Dados Realizados de ICMS por ente subnacional, 2020. Variação percentual mês a mês (2020/2019).

Macrorregiões	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20
Acre	0,5%	-7,3%	3,6%	-8,1%	-21,5%	-11,0%	-41,9%	11,1%	15,3%	9,7%	21,3%	11,8%
Amapá	12,8%	25,8%	6,1%	-10,2%	-23,9%	-22,2%	-1,2%	25,1%	28,0%	12,0%	15,4%	13,4%
Amazonas	18,4%	9,5%	16,4%	-0,6%	-20,8%	4,5%	6,6%	4,3%	18,2%	23,6%	11,8%	-1,1%
Pará	15,9%	12,9%	7,7%	8,6%	-13,9%	-1,9%	15,3%	15,2%	25,9%	23,4%	22,4%	34,9%
Rondônia	8,4%	18,6%	22,6%	-12,9%	-16,4%	0,3%	-1,3%	30,9%	3,3%	18,5%	28,3%	14,2%
Roraima	21,5%	14,0%	24,7%	0,6%	-7,0%	-7,5%	-4,0%	50,0%	-5,1%	17,5%	24,3%	20,2%
Tocantins	11,0%	1,5%	8,8%	-5,4%	-9,7%	-2,3%	9,5%	10,9%	14,0%	18,9%	29,1%	18,4%
Subtotal [Região Norte]	**14,6%**	**10,8%**	**12,5%**	**0,1%**	**-16,3%**	**-1,0%**	**5,3%**	**14,4%**	**17,8%**	**21,3%**	**20,0%**	**17,2%**
Alagoas	6,9%	7,0%	-0,3%	-10,1%	-23,7%	-7,3%	10,1%	9,6%	13,0%	5,3%	21,6%	8,4%
Bahia	11,8%	5,5%	4,2%	-9,3%	-29,7%	-11,8%	-0,1%	-5,4%	8,4%	17,7%	15,8%	4,8%
Ceará	12,3%	2,9%	1,0%	-24,1%	-37,4%	-16,2%	-10,8%	12,7%	8,0%	15,1%	13,8%	20,7%
Maranhão	26,9%	12,4%	10,6%	-3,6%	-19,2%	-19,8%	-0,4%	13,6%	5,6%	12,5%	0,7%	3,8%
Paraíba	9,2%	5,2%	3,0%	-8,4%	-28,2%	-7,0%	-4,4%	7,0%	15,7%	14,0%	13,2%	18,8%
Pernambuco	7,4%	6,4%	1,7%	-8,3%	-33,8%	-13,8%	-2,2%	16,4%	17,9%	4,5%	9,6%	-17,6%
Piauí	3,1%	16,8%	21,6%	-34,3%	-20,2%	9,5%	-14,6%	1,4%	12,5%	6,2%	34,2%	40,9%
Rio Grande do Norte	-4,0%	1,0%	0,3%	-15,2%	-16,2%	-18,1%	-10,9%	1,2%	17,4%	10,6%	19,2%	30,7%
Sergipe	2,1%	2,9%	4,7%	-10,3%	-26,8%	-14,7%	-1,5%	4,6%	4,5%	12,4%	18,2%	-4,0%
Subtotal [Região Nordeste]	**9,8%**	**6,0%**	**4,0%**	**-12,8%**	**-29,0%**	**-12,6%**	**-3,8%**	**5,7%**	**11,2%**	**11,9%**	**14,0%**	**5,1%**
Goiás[(1)]	6,1%	4,6%	3,8%	-10,9%	-17,7%	1,6%	0,9%	13,4%	13,1%	7,2%	16,2%	22,7%
Distrito Federal	14,8%	14,1%	10,9%	-11,6%	-18,7%	-10,9%	-1,8%	13,7%	3,3%	26,6%	22,0%	36,2%
Mato Grosso	36,2%	32,2%	16,4%	1,8%	-0,5%	24,1%	21,6%	10,0%	29,5%	20,8%	12,8%	-9,3%
Mato Grosso do Sul	12,3%	9,4%	21,7%	5,4%	-8,6%	5,0%	8,2%	9,2%	21,2%	21,9%	13,3%	5,7%
Subtotal [Região Centro-Oeste]	**15,6%**	**14,6%**	**12,3%**	**-4,0%**	**-11,5%**	**5,4%**	**7,3%**	**11,6%**	**17,3%**	**17,0%**	**15,5%**	**10,9%**
Espírito Santo	16,3%	-5,9%	8,1%	-5,0%	-30,4%	-8,7%	1,0%	3,5%	15,4%	40,5%	12,4%	20,1%
Minas Gerais	7,8%	3,4%	1,9%	-22,1%	-16,2%	-8,8%	-0,5%	3,4%	6,1%	11,1%	13,1%	14,8%
Rio de Janeiro	2,9%	8,1%	11,1%	-14,9%	-25,8%	-10,1%	0,3%	6,5%	5,0%	41,4%	20,5%	17,2%
São Paulo	4,9%	4,5%	6,8%	-13,4%	-22,8%	-12,3%	-2,8%	4,6%	8,0%	11,1%	16,4%	-5,1%
Subtotal [Região Sudeste]	**5,7%**	**4,4%**	**6,5%**	**-15,2%**	**-22,3%**	**-11,1%**	**-1,7%**	**4,6%**	**7,5%**	**16,9%**	**16,1%**	**2,6%**
Paraná	7,9%	8,7%	-2,8%	-14,1%	-28,6%	-10,3%	4,2%	-0,9%	2,8%	14,0%	10,4%	6,9%
Rio Grande do Sul	22,2%	11,0%	3,0%	-12,8%	-27,2%	-12,1%	-3,2%	4,2%	13,3%	16,0%	9,6%	-6,4%
Santa Catarina	8,0%	9,6%	8,8%	-19,1%	-24,6%	-16,4%	-10,1%	8,9%	9,1%	0,0%	0,0%	12,8%
Subtotal [Região Sul]	**13,1%**	**9,8%**	**2,4%**	**-14,9%**	**-27,0%**	**-12,6%**	**-2,4%**	**3,5%**	**8,5%**	**11,1%**	**7,5%**	**2,5%**
Total	**9,1%**	**7,0%**	**6,2%**	**-12,8%**	**-22,8%**	**-9,4%**	**-0,8%**	**5,9%**	**9,9%**	**15,3%**	**14,4%**	**4,7%**

A Tabela 1 apresenta a variação percentual da arrecadação de ICMS em um dado mês em 2020, quando se compara a arrecadação desse mesmo mês para o ano de 2019. Com exceção dos Estados de Amazonas, Pernambuco, Sergipe, Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul, todos os demais entes subnacionais apresentaram uma recuperação do nível de arrecadação do ICMS quando comparado ao período pré-pandemia. O aumento no recolhimento do ICMS, que é a principal fonte das finanças pú-

Tabela 2 – Projeções de ICMS por ente subnacional – 2021 a 2024. Valores correntes (R$ milhões).

Macrorregiões	Realizado		Projeções			
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acre	1.413,0	1.374,4	1.842,7	2.257,9	2.909,8	3.658,7
Amapá	944,8	1.015,6	1.395,7	1.609,6	1.950,1	2.343,4
Amazonas	10.039,3	10.795,8	13.339,2	16.112,5	19.213,7	23.879,8
Pará	12.249,7	14.032,2	18.248,4	20.537,0	23.139,4	25.857,1
Rondônia	4.013,2	4.376,6	5.279,6	5.763,9	6.186,9	6.893,4
Roraima	1.117,1	1.240,0	1.548,4	1.825,6	2.146,3	2.632,5
Tocantins	3.019,9	3.295,0	4.250,9	4.867,0	5.516,3	6.317,2
Subtotal [Região Norte]	**32.797,1**	**36.129,7**	**45.904,8**	**52.973,5**	**61.062,6**	**71.582,1**
Alagoas	4.207,6	4.368,9	5.547,5	6.147,6	6.844,4	7.717,6
Bahia	24.717,9	24.978,7	32.380,1	35.984,3	39.921,1	43.928,8
Ceará	13.151,9	13.228,7	16.454,0	18.397,3	20.697,4	23.285,1
Maranhão	7.883,5	8.170,5	9.617,9	11.064,1	12.529,2	14.316,5
Paraíba	5.904,3	6.108,1	7.338,8	8.086,9	8.882,5	9.884,7
Pernambuco	17.938,8	17.673,1	23.785,4	32.407,9	48.057,5	73.317,1
Piauí	4.488,6	4.730,4	6.431,9	7.193,1	7.903,6	8.835,2
Rio Grande do Norte	5.724,6	5.813,4	7.464,7	8.072,0	8.849,6	9.726,1
Sergipe	3.547,7	3.526,2	4.403,2	4.848,2	5.355,5	6.010,8
Subtotal [Região Nordeste]	**87.564,8**	**88.597,8**	**113.423,5**	**132.201,3**	**159.040,7**	**197.021,9**
Goiás	17.125,9	18.039,8	21.774,6	24.657,4	28.213,3	34.262,6
Distrito Federal	8.181,6	8.881,1	11.615,3	13.140,1	14.872,3	16.120,3
Mato Grosso	13.366,0	15.334,8	18.406,1	20.541,9	22.854,3	25.417,2
Mato Grosso do Sul	10.048,3	11.094,7	13.166,2	14.824,5	16.700,5	18.844,5
Subtotal [Região Centro-Oeste]	**48.721,7**	**53.350,3**	**64.962,2**	**73.163,8**	**82.640,4**	**94.644,6**
Espírito Santo	11.451,9	12.082,8	13.873,8	14.595,2	15.647,4	16.662,6
Minas Gerais	51.945,2	52.589,4	63.592,8	68.738,9	74.891,7	81.292,0
Rio de Janeiro	37.015,3	39.054,4	45.121,9	47.753,5	51.618,3	55.047,7
São Paulo	149.774,4	149.823,1	184.948,3	200.976,2	218.438,0	237.180,6
Subtotal [Região Sudeste]	**250.186,7**	**253.549,7**	**307.536,8**	**332.063,8**	**360.595,5**	**390.182,9**
Paraná	31.502,7	31.518,3	40.180,4	47.189,1	54.884,4	65.513,1
Rio Grande do Sul	35.742,8	36.207,9	44.276,1	48.671,2	53.240,6	58.171,1
Santa Catarina	23.276,4	23.095,3	24.210,6	27.051,9	31.756,1	39.959,7
Subtotal [Região Sul]	**90.522,0**	**90.821,4**	**108.667,1**	**122.912,3**	**139.881,1**	**163.643,9**
Total	**509.792,3**	**522.448,9**	**640.494,3**	**713.314,7**	**803.220,3**	**917.075,4**

blicas dos entes subnacionais, tem sido beneficiado principalmente pelo desempenho do atacado e do varejo. Diversos fatores explicam o comportamento da arrecadação desse tributo. Por exemplo, constatou-se uma recuperação nas operações e nas vendas em *shopping centers*, uma ampliação da rede de grandes empresas varejistas beneficiadas pelos patamares mais baixos de juros básicos, bem como o setor de franquias seguiu trajetória de recuperação no faturamento e na abertura de novas unidades.

A Tabela 2 apresenta as projeções anuais do ICMS por ente subnacional, compreendendo o período de 2021 a 2024. Observa-se que, a partir de 2021, a maior parte dos entes da Federação conseguem ter projeções de arrecadação de ICMS em patamares acima dos valores observados em 2019.

Cabe considerar que as projeções para o início do ano de 2021 provavelmente estejam prejudicadas devido à segunda onda da Covid-19 que fez com que esteja ocorrendo *lockdown*, pelo menos parcialmente, em boa parte do Brasil. Contudo, deve-se levar em conta fatores importantes. Primeiro, não está ocorrendo uma paralização completa das atividades tal como ocorreu em 2020 e nem há indício que isso acontecerá. No cômputo geral, a paralização tem sido até o momento parcial. Segundo, como se observa no Gráfico 1, uma vez terminado o período de quarentena, a atividade econômica tem recuperação rápida. Terceiro, a expectativa é que a vacinação se amplie para o grosso da população fazendo retroceder a incidência dos casos de Covid-19. Esses três fatores possibilitam crer que, a despeito da gravidade da situação, a expectativa quanto a confiabilidade das nossas projeções para arrecadação de ICMS é favorável na medida em que a atividade econômica deve se recuperar com rapidez findo o período de paralização.

Resumindo, em relação ao varejo, os sinais foram otimistas e apresentaram crescimento das vendas, favorecidos por diversos fatores, tais como reabertura comercial, flexibilização das medidas de distanciamento social, disseminação do comércio eletrônico (*e-commerce*), substituição do consumo de bens e serviços, reação no setor de serviços, assim como transferências emergenciais de renda. Portanto, o crescimento das vendas do varejo indica não apenas continuidade da recuperação do consumo das famílias, como também se espera que o varejo continue em linha ascendente diante da recomposição da renda das famílias. Consequentemente, tem-se observado uma recuperação da arrecadação do ICMS muito mais robusta e rápida do que era esperado para 2020 para a maior parte dos entes da Federação.

Referências

MENDONÇA, M. J.; GADELHA, S. R. B.; MEDRANO, L. A.; LIMA, A. F. R.; LAVAGNOLE, M. G.; POLLI, D. A. Aplicação de modelos dinâmicos bayesianos para projeção de arrecadação tributária. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, **Texto para Discussão nº 2590**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.



SECRETARIA DE **POLÍTICA ECONÔMICA**

SECRETARIA ESPECIAL DE **FAZENDA**

MINISTÉRIO DA **ECONOMIA**

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL